

Covid-19: MPF apresenta recomendações sobre a saúde dos indígenas que vivem na capital paulista

Distribuição de alimentos, vacinação e preparação de locais para isolamento e tratamento estão entre as providências que devem ser adotadas



Arte: Secom / PGR

Atento às necessidades das comunidades indígenas de São Paulo (SP), o Ministério Público Federal (MPF) recomendou uma série de medidas a serem implementadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), à Fundação Nacional do Índio (Funai), às secretárias estaduais de Saúde e Educação e às secretarias municipais de Saúde, Educação e Assistência e Desenvolvimento Social. A todos esses órgãos foi solicitada a elaboração de um plano de

contingência emergencial intersetorial que coordene medidas de proteção à saúde e garanta o funcionamento dos serviços públicos que atendam as populações tradicionais da capital e se concentram nas terras indígenas Jaraguá e Tenondé Porã.

O esforço conjunto deve incluir a imediata distribuição de alimentos nas escolas indígenas e ampla vacinação contra gripe. A realização imediata de testes em todos os indígenas também é recomendada para que se possa implantar medidas de isolamento. “As especificidades imunológicas e epidemiológicas tornam os povos indígenas particularmente suscetíveis ao novo coronavírus, sobretudo tendo em vista que doenças respiratórias são uma das principais causas de óbitos entre esses povos”, ressalta o MPF.

Agentes indígenas ambientais, de saúde e de saneamento devem ser contratados em caráter emergencial. Também devem ser fornecidos equipamentos de proteção individual (EPIs) para as equipes. Atendendo solicitação expressa das comunidades indígenas, o MPF recomenda a adaptação da sede do escritório regional da Sesai, localizado no bairro do Paraíso, para atender aqueles com sintomas da doença.

Outra providência importante é a identificação das famílias que podem receber o auxílio emergencial de R\$ 600, evitando ao máximo que os indígenas tenham de sair de suas comunidades para receber o benefício. Também deve ser promovida a distribuição de água potável, em parceria com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), e de kits de higiene pessoal, com sabão, sabonete e álcool em gel.

A adoção dessas medidas especiais deve ser feita sempre respeitando a cultura dos povos tradicionais. Segundo o MPF, cabe às autoridades promover “diálogos constantes com os indígenas, com ênfase na necessidade de tradução na língua materna dos Guarani, sobre a importância da intensificação das medidas de higiene, como lavagem constante das mãos, bem como de evitar o compartilhamento de utensílios domésticos (pratos, copos, talheres, cuias) e rituais como o *petyngua* (cachimbo) para evitar a disseminação do coronavírus, bem como escutar as lideranças indígenas e profissionais de saúde indígena a fim de avaliar a eficácia das medidas implantadas e definir outras que se mostrarem necessárias”.

Íntegra da recomendação (<http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/recomendacoes-indigenas-da-capital>).

Assessoria de Comunicação

Procuradoria da República no Estado de São Paulo

twitter.com/mpf_sp (http://twitter.com/mpf_sp).

facebook.com/MPFSP (<http://facebook.com/MPFSP>).

Informações à imprensa:

saj.mpf.mp.br (<http://saj.mpf.mp.br>)

(11) 3269-5701